

**PARCEIROS NA EXPANSÃO DA AGROECOLOGIA EM SÃO PAULO: o caso das
Organizações de Controle Social ¹**

***PARTNERS IN THE EXPANSION OF AGROECOLOGY IN SÃO PAULO: The case of
the Social Control Organizations***

Martin Mundo Neto –martin.mundo@fatec.sp.gov.br

Faculdade de Tecnologia de São Carlos (FATEC) – SP – Brasil

Raquel Fabbri Ramos - raquelfabbri@gmail.com

Centro Paula Souza – CPS – São Paulo - SP - Brasil

Leonardo Dalla Antonia - leonardodallaantonia@gmail.com

Faculdade de Tecnologia de São Carlos (FATEC) – SP – Brasil

RESUMO

Este artigo aborda as diferentes estratégias de parcerias estabelecidas por um conjunto de organizações parceiras do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA) no processo de criação e consolidação de Organizações de Controle Social (OCSs) de agricultores familiares em processo de transição agroecológica. Os dados foram coletados com representantes do MAPA e das principais organizações parceiras por meio de entrevista utilizando um questionário semiestruturado. Foram identificados diferentes métodos de transição agroecológica adotados, sobretudo em relação aos aspectos relacionados a constituição das OCSs e as estratégias desenvolvidas para a sua consolidação. O modelo de assistência técnica rural baseado em editais ampliou o atendimento de um conjunto significativo de agricultores familiares, porém o horizonte de tempo garantido para as parcerias está limitado ao período de tempo de cobertura da chamada, havendo casos em que a falta de assistência técnica e de orientação sobre as estratégias de gestão das atividades, impõe restrições ao desenvolvimento das OCSs. A superação deste ponto ocorre em função da densidade da rede de atores sociais que interagem com as OCSs.

Palavras-chave: Transição Agroecológica. Assistência Técnica Rural. Agricultura Familiar.

ABSTRACT

This article discusses the different strategies of partnerships established by a group of partner organizations of the Ministry of Agriculture and Livestock Supply in the process of creation and consolidation of Social control organizations (SCOs) of Farmers in the process of agroecological transition. Data were collected with representatives of MAPA and the main partner organizations through interviews using a semi-structured questionnaire. Different

¹ Este trabalho é resultado de pesquisa apoiada pelo CNPq.

methods of agroecological transition were identified, especially in relation to the aspects related to the Constitution of the SCOs and the strategies developed for its consolidation. The rural technical assistance model based on notices expanded the attendance of a significant set of family farmers, but the time horizon guaranteed for the partnerships is limited to the period of time of coverage of the call, with cases in which the lack of technical assistance and guidance on activities management strategies imposes restrictions on the SCOs's development. The overcoming of this point occurs due to the density of the network of social actors interacting with the SCOs.

Keywords: Agroecological Transition. Rural Technical Assistance. Family Farming

1 INTRODUÇÃO

A legislação brasileira sobre a produção orgânica trouxe uma inovação institucional ao criar as modalidades de certificação por sistemas participativos. Para os agricultores familiares, no âmbito das políticas agrícolas, a transição agroecológica passou a ser apresentada como uma possibilidade para redefinir seus sistemas de produção, incorporando tecnologias agroecológicas, admitidas nos sistemas de produção orgânicos (SANTOS ET. AL., 2014). Na modalidade de cadastramento por um Organismo Participativo de Acompanhamento da Conformidade (OPAC), que permite a utilização do selo de produto orgânico, produzido por sistema participativo e válido em todo território nacional, os Estados da Região Sul apresentam o maior número de agricultores. A tradição da agricultura familiar nos Estados do Sul do Brasil, sua tradição em associativismo e cooperativismo permitiu que um grupo expressivo de agricultores se tornasse produtores orgânicos certificados. Já na modalidade de cadastramento denominada OCS, onde o agricultor não pode utilizar o selo nos produtos, mas recebe um certificado que atesta a produção orgânica para a venda direta e participação em editais de compras institucionais, o Estado de São Paulo, em 2016, concentrava, aproximadamente, 25% do total de agricultores nesta modalidade. De acordo com Laurino (2016), desde a implantação do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (CNPO), o número de agricultores familiares que optaram pela produção orgânica de base agroecológica tem crescido de forma inédita. Outras políticas correlatas, a exemplo do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que incorporaram incentivos específicos para produtos orgânicos, têm contribuído para o aumento do interesse por parte dos agricultores familiares optarem pela transição agroecológica na modalidade OCS. Ainda assim, há um conjunto de informações sobre estas iniciativas que não estão registradas. Quais fatores contribuíram para a criação e

manutenção de OCSs no Estado de São Paulo? Como são criadas as OCSs? Como as OCSs se mantêm?

O objetivo deste estudo foi identificar, no estado de São Paulo, os principais parceiros que atuam junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) como intermediadores entre o Ministério e um grupo de agricultores familiares interessados em constituir uma OCS. Procurou-se identificar as diferenças na forma de atuação destes parceiros e suas estratégias de interação com os agricultores familiares. Partindo do conceito de campo de ação estratégica apresentado por Fligstein; McAdam (2012) foram analisados os condicionantes que contribuíram para a criação e manutenção de um conjunto de OCSs Paulistas que tiveram diferentes parceiros oficiais na sua constituição. Dentre os condicionantes considerados como hipóteses, destaca-se a perenidade da extensão rural, seja em seus aspectos técnicos como naqueles relacionados à gestão das atividades desenvolvidas na unidade produtiva e no grupo.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Fligstein; McAdam (2012) propõe o conceito de Campo de Ação Estratégica (CAE) para o estudo dos espaços sociais como arenas socialmente construídas, inclusive os mercados. De acordo com os autores, essa proposta se soma a outras abordagens que adotam o conceito de campo para estudar os diferentes espaços sociais sob uma perspectiva que não segue as explicações dominantes nos estudos econômicos (BOURDIEU (2005); FLIGSTEIN, (2007); FLIGSTEIN; MCADAM, 2012)). A abordagem dos CAEs prioriza os aspectos culturais e políticos que predominam nos mercados analisados e dispensam menos atenção para os aspectos relacionados ao comportamento dos produtos ou serviços, frequentes nas abordagens econômicas tradicionais. Há três elementos que caracterizam os CAEs: os participantes se reconhecem mutuamente e possuem um sentimento de pertencimento em relação ao campo; as fronteiras do campo podem variar em função daquilo que está em disputa e, que, há um entendimento compartilhado sobre o que está em disputa no campo, assim como quem são os agentes mais poderosos.

Esta abordagem permite analisar os diferentes espaços sociais como resultado da intersecção de diferentes CAEs, onde o próprio Estado seria uma conjunção de CAEs governamentais que estariam em contato com os diferentes CAEs não governamentais.

Fligstein (2007) apresenta o conceito de habilidade social como central para o entendimento da dinâmica dos campos e da ação dos participantes no campo. De acordo com o autor,

Atores sociais hábeis devem compreender a percepção dos conjuntos de atores de seu grupo em relação às suas múltiplas concepções de interesse e identidade, bem como a percepção dos atores dos grupos externos. Eles utilizam essa compreensão em situações específicas para proporcionar uma interpretação da situação e determinar ações que estejam de acordo com os interesses e as identidades existentes. (FLIGSTEIN, 2007, p.67).

Atores sociais hábeis estariam agindo nos diferentes CAEs que poderiam ser classificados em três ‘tipos’ ideais, com distintas configurações. O primeiro, seria os CAEs emergentes, nos quais predominam relações de cooperação, uma estrutura de poder horizontal e mais pulverizada, onde haveria diferentes entendimentos e visões sobre o campo. A ação de atores socialmente hábeis, investindo aporte de recursos em proporções relativas consideráveis em relação aos investimentos totais no campo, geralmente, levam o CAEs a uma configuração hierárquica. Nesta segunda configuração ‘ideal’, os CAEs estáveis, as relações de poder assumem uma estrutura hierárquica, prevalecendo os entendimentos daqueles que dominam o campo. O terceiro estado de configuração típica dos CAEs seria o de crise. Esta, na maioria das vezes, pode decorrer do efeito de forças externas ao campo que colocam em crise os entendimentos compartilhados e as instituições que ordenavam o campo, até que, uma nova reconfiguração das forças e novos entendimentos passam a ser compartilhados. As crises nos CAEs podem, também, decorrer de disputas internas ao campo que podem gerar novas combinações das forças e dos recursos disponíveis. Invariavelmente as situações resultantes dependera dos recursos e da habilidade social dos diferentes atores que investem nas mudanças do campo. Os atores no CAEs desenvolvem unidades de governança, organizações que representam um coletivo de agentes (associações, sindicatos, cooperativas) propondo ações estratégicas. Nos CAEs estáveis, as unidades de governança, atuam no sentido de preservar a estabilidade do campo.

Dentre as lutas internas ao campo da agricultura, destaca-se aquela que opõe os grupos praticantes de modelos alternativos de produção (agricultores orgânicos, biodinâmicos, naturais, biológicos, agroecológicos, dentre outros) em relação aos grupos que dominam o campo, agricultores praticantes do modelo convencional (agricultura empresarial, intensa em capital e no uso de tecnologias químicas, de moto mecanização, de tecnologias genéticas e de tecnologias da informação e automação). O mercado da produção orgânica de base agroecológica resulta da interação entre vários CAEs governamentais e CAEs não

governamentais. Conforme indicado por Santos (2005), a construção e aprovação da ‘lei dos orgânicos’, e a sua posterior regulamentação, expos algumas das disputas entre os dominantes no ‘CAE da agricultura’ (CAE Agr.) e aqueles que ocupam uma posição desafiadora (representantes dos modelos alternativos). Entretanto, este processo também expos as disputas internas ao próprio ‘CAE da agricultura alternativa’ (CAE Agr. Alt.), um subcampo do CAE Agr.

Bourdieu (2005) indica como o Estado pode contribuir para a construção ou ampliação dos mercados, assim como para a sua retração ou extinção. No caso aqui analisado, com a nova legislação sobre a produção orgânica de base agroecológica, o Estado contribuiu diretamente para a ampliação deste mercado, uma vez que as possibilidades de certificação para os agricultores foram ampliadas e surgiu um conjunto de políticas de apoio aos agricultores orgânicos, alinhadas a nova legislação. As categorias de agricultores contempladas na legislação seguem uma hierarquia em relação aos mercados que os agricultores têm acesso em função do perfil: 1- produtores com certificação por auditoria, que permite o uso do Selo emitido pela certificadora e também o Selo Brasil Orgânico – Certificação por auditoria, controlado pelo MAPA; 2- produtores certificados por Sistemas Participativos de Garantia (SPG) com permissão para utilizar o Selo de Produção Orgânica – Sistema Participativo, emitido por um Organismo Participativo de Acompanhamento da Conformidade (OPAC) credenciado junto ao MAPA e 3- aqueles cadastrados no MAPA como membro de uma OCS, mas sem a permissão de utilizar Selo de identificação da Produção Orgânica nas embalagens de seus produtos, tendo a permissão para vender seus produtos como orgânico na venda direta ou nas compras institucionais.

Neste novo contexto, os agricultores familiares que escolhem pertencer a uma OCS estão em uma posição mais fragilizada no CAE Agr. Alt., seja em relação aos recursos materiais seja em conhecimento sobre técnicas de produção orgânica de base agroecológica, mas também em relação às estratégias que permitam garantir a perenidade do grupo. Esta perenidade passa pela capacidade do grupo de estabelecer relações com organizações (públicas e privadas) que possam contribuir para consolidação da OCS e o desenvolvimento de seus participantes, seja no engajamento no processo contínuo de aprendizado agroecológico como na inserção de sua produção na comunidade local, conforme indicado por ALTIERI (2010, p.29). De acordo com Pacífico; Soglio (2010), a escolha do método de transição agroecológica seria um dos fatores determinantes do sucesso das iniciativas, uma vez que ele determina o grau de envolvimento e protagonismo dos agricultores participantes.

Neste trabalho, foi considerado o modelo de transição agroecológica adotado nas experiências entre os agricultores de OCSs e os principais Parceiros do MAPA, um grupo de três organizações que responde pelo cadastramento da maioria das OCSs paulistas no CNPO.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia proposta se conforma ao caráter contemporâneo e à natureza do objeto de análise. De acordo com Yin (2001, p.19) o estudo de caso é indicado “quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real”. Trata-se de um estudo de cunho qualitativo-descritivo e de multicase, onde é possível tratar de elementos e destacar aspectos relevantes da pesquisa, ampliando a confiabilidade da análise se comparado ao estudo de caso clássico (YIN, 2001). No contexto das modalidades de classificação dos agricultores orgânicos de base agroecológica, foi abordado apenas o espaço dos agentes que têm atuado na constituição de OCSs paulistas como parceiros do MAPA. Em agosto de 2018, havia 99 OCSs formalizadas com auxílio dos seguintes parceiros institucionais: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), Fundação Instituto de Terras do estado de São Paulo (ITESP), Instituto Biosistêmico (IBS), Cooperativa de Assessoria Técnica e Extensão Rural (COATER), Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI – Leme, Avaré, Ubatuba e Registro), Prefeituras Municipais (Joanópolis, Jundiaí, Suzano, Ubatuba, São Paulo, Guararema, Sete Barras, São Lourenço da Serra), Secretaria de agricultura de Leme, Casa da agricultura de Itanhaém, Associação e ONG (Terra Viva, Copafasb, Barra Grande / Caconde, Frutos da Terra, Akarui, Amaranthus e ESALQ), OCISP Terra Acima, Grupo de Produtores Ibiúna e Vargem Grande. Desde a criação do CNPO, dentre os Parceiros que tem se destacado no Estado de São Paulo, está o SENAR, responsável pelo cadastramento de 41 OCSs, das quais 07 estariam inativas, seguido pelo ITESP que cadastrou 12 OCSs e do IBS com 07 OCSs cadastradas, sendo que 03 estariam inativas. A somatória das OCSs formalizadas com os parceiros SENAR, ITESP e IBS, representam aproximadamente 70% das OCSs paulista. Para o estudo empírico, foram selecionadas as OCSs Paulistas localizadas nos municípios de São Carlos, Araraquara e Salto do Piraporá. A seleção foi em função da localização geográfica das OCSs, que estivessem ligadas, na origem, a diferentes parceiros institucionais e que estivessem localizadas em regiões com baixa ou média densidade de unidades de produção orgânica cadastradas no CNPO. Os dados foram coletados por meio da realização de entrevistas semiestruturadas

(presencial, pela internet e por telefone) com agricultores familiares pertencentes às OCSs, representantes de organizações de representação de interesses (sindicatos, associações, cooperativas), representantes de órgãos governamentais ligados à agricultura e representantes dos respectivos parceiros. Assim, além de identificar os arranjos sociais locais que permitiram o desenvolvimento das OCS, as questões utilizadas nas entrevistas continham aspectos relacionados a três tópicos centrais: os métodos de transição agroecológicas adotados nas diferentes experiências, a assistência técnica e extensão rural e sobre as estratégias de gestão e comercialização da produção.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Fligstein; McAdam (2012) indicam que nos campos emergentes é comum atores que atuam em campos próximos explorarem as oportunidades no novo campo. No caso do CAE Agr. Alt., as novas categorias de credenciamento dos agricultores orgânicos junto ao MAPA, por OPACs ou OCSs, geraram novas oportunidades tanto para agricultores como para agentes que intermediam a certificação e manutenção das informações no CNPO, seja para atuação dos OPACs que fornecem o selo Brasil Orgânico – Sistema Participativo de Garantia (SPG), seja na modalidade OCS quando a intermediação é feita por Parceiros do MAPA que iniciam o processo de transição agroecológica dos agricultores participantes. A seguir, uma síntese sobre os pontos considerados característicos das ações dos três principais parceiros do MAPA na formalização das OCSs paulistas.

4.1 Parceria SENAR

A parceria com o SENAR foi iniciada por meio da oferta de cursos de produção orgânica (olericultura e produção de tomate, principalmente) direcionada a comunidade de agricultores e interessados. O SENAR é uma organização vinculada à agricultura patronal e tem atuado, majoritariamente, através de cursos que estão alinhados com o modelo convencional de agricultura. O SENAR tornou-se parceiro no processo de constituição de OCSs, após um conjunto de técnico agrícola e agrônomos, a ele credenciados, elaborarem, em conjunto com representantes do MAPA, um curso de preparação de agricultores interessados em técnicas de produção orgânica de base agroecológica que habilitaria os participantes a

iniciar a transição agroecológica de sua unidade produtiva, constituindo uma OCS. Este fato, explica, em parte, o papel que o SENAR tem ocupado na constituição das OCSs no Estado, sendo responsável pela formalização de quase metade do total. O SENAR está vinculado aos sindicatos rurais patronais e estão presentes em grande parte dos municípios do Estado (SENAR, 2019). O curso além de apresentar os conceitos centrais de produção orgânica de base agroecológica, o sistema de produção e suas técnicas, apresenta a legislação sobre a produção orgânica de base agroecológica, focando na modalidade de venda direta por meio de Organizações de Controle Social (OCSs). Dentro do contexto das OCSs o SENAR oferece um curso para preparar os agricultores a organizarem uma feira de produtores orgânicos. Mas para a criação e manutenção das feiras ocorre o envolvimento de um número expressivo de organizações que contribuem para a consolidação das feiras, não depende apenas do SENAR. No caso de São Carlos, destacou-se a participação de vereadores que propuseram na câmara municipal uma lei que instituiu a semana da agricultura orgânica no município, os profissionais da secretaria da agricultura do município responsáveis pelas compras institucionais, sobretudo aquelas vinculadas ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), representantes das duas unidades da EMBRAPA presente no município, representantes do ENACTUS (organizações de alunos tanto da Universidade de São Paulo como da Universidade Federal de São Carlos envolvidos em projetos de empreendedorismo social), rede de consumo de produtos orgânicos, CSA São Carlos, empreendedores locais, além de um conjunto enorme de indivíduos que passaram a frequentar o espaço da feira.

Conforme depoimento de agricultores, a feira tornou-se um espaço de relações sociais que extrapolam as relações comerciais, pois geram laços afetivos e troca de conhecimentos, onde se desenvolvem relacionamentos perenes. Sob a perspectiva da gestão da unidade produtiva, a feira impõe a reflexão sobre o sistema de produção, o planejamento, ou seja, exige uma gestão mais atenciosa dos agricultores, não apenas das atividades na propriedade, mas também a organização para participar da própria feira, onde os agricultores têm que atribuir preço aos seus produtos, providenciar embalagens, atender os clientes, estabelecer parcerias com outros produtos que eventualmente não possam ir à feira, organizar a apresentação dos produtos na barraca, e um conjunto de disposições que um ponto de venda no varejo exige.

4.2 Parceria IBS

O IBS é uma “instituição brasileira de consultoria e serviços” que atua nas áreas de “Agricultura, Pecuária, Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), Biotecnologia, Meio Ambiente e Responsabilidade Social Empresarial (RSE)” (IBS, 2019). Trata-se de uma organização privada com atuação predominantemente junto ao setor dominante da agricultura brasileira, ainda que apresentando uma proposta de incorporação de elementos que amplie a sustentabilidade das atividades desenvolvidas. Ele foi fundado em 2006 por profissionais do setor agropecuário com objetivo de apresentar soluções para os agentes que participam da agricultura brasileira, operando predominantemente no sistema de produção agropecuário convencional. Atuam junto a público bastante diversificado e os agricultores familiares, notadamente aqueles vinculados a assentamentos, são atendidos por meio das chamadas públicas de ATER, enquanto que aos agricultores patronais são oferecidos serviços nos moldes das empresas de consultorias. A sua estrutura de pessoal atua por projetos, assim no período entre o fim de um edital de chamada de ATER até o início da próxima chamada pode ocorrer um período de inexistência de ATER, uma vez que a estrutura de pessoal do INCRA não tem condições de atuar de forma efetiva, atendendo demandas de grupos específicos, nas mais variadas regiões do Estado de São Paulo. A metodologia utilizada pelo IBS foi indicada pelo INCRA, apoiada nas diretrizes do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO). No município de Araraquara, a parceria com a Universidade de Araraquara e o envolvimento de representantes da prefeitura permitiu a consolidação da feira de orgânicos no município e o estabelecimento de uma parceria perene para os agricultores, uma vez que, parte do quadro docente da instituição e seus respectivos orientados, têm atuado junto com a comunidade de agricultores. Em 2016, foi aprovada a constituição do Núcleo de Estudos em Agroecologia (NEA), o NEA/IFSP – Campus Matão, no município de Matão que passou a atuar nos assentamentos dos municípios vizinhos, Jaboticabal e Araraquara, tornando-se outro parceiro perene que atua no sentido de ampliar a rede de produtores e consumidores conscientes da importância da produção orgânica de base agroecológica.

4.3 Parceria ITESP

A Fundação ITESP é uma instituição pública relacionada a um conjunto de órgãos criados no âmbito das políticas agrárias paulistas, iniciadas na década de 1960, historicamente

relacionada as questões agrárias, notadamente os assentamentos relacionados à reforma agrária no estado. Assim, seu quadro de pessoal, bem como sua trajetória institucional estão alinhados aos interesses dos trabalhadores rurais e agricultores familiares. Sua natureza de instituição pública não é a única que a diferencia em relação aos dois outros parceiros institucionais aqui analisados. Outro elemento distintivo em relação ao SENAR e de semelhança com o IBS, está relacionado ao modo de financiamento da assistência técnica e extensão rural, atualmente organizada por meio de chamadas públicas, onde organizações públicas ou privadas podem participar. Porém, diferentemente do IBS, o quadro de pessoal da Fundação ITESP atua junto aos assentamentos realizados no âmbito do Estado de São Paulo, além das propostas aprovadas em chamadas de ATER. Em uma entrevista com um experiente profissional do ITESP foi possível identificar preocupações que não apareceram nos relatos dos representantes do SENAR e do IBS. Segundo o entrevistado, no processo de formação de uma OCS entre os fatores que contribuem para o sucesso estão: o conhecimento prévio entre os agricultores que farão parte do grupo, pois contribui para que os laços de confiança se fortaleçam; a proximidade geográfica das unidades produtivas para propiciar o convívio cotidiano e a visita aos pares e quando, pelos menos, parte dos agricultores possuem experiência de agricultura tradicional que resgata práticas de seus ancestrais. Na mesma entrevista, este profissional indicou a preocupação de auxiliar os agricultores não apenas nos aspectos técnicos, mas também naqueles relativos às estratégias de gestão da unidade produtiva seja no planejamento da produção como nas estratégias de acessar os mercados. Em relação a estes dois últimos aspectos uma situação descrita durante a entrevista é ilustrativa. Os agricultores tinham uma resistência em relação a participar das compras institucionais como o PNAE, pois havia receio de não conseguirem atender os contratos e sofrerem sanções e futuras restrições. Assim, foi explicado a um deles, que possuía uma roça de mandioca formada, que a mandioca já estava na terra e os riscos para um contrato de fornecimento, seria praticamente inexistente. Foi sugerido que iniciasse fornecendo mandioca e depois, gradativamente, após conhecer em detalhes o processo de compras institucionais, poderia ampliar o leque de produtos oferecidos. Desta forma ele iniciou sua participação nas compras institucionais, contando com o apoio do ITESP, também, na parte de preparação dos documentos. Ainda segundo este entrevistado, há semelhanças entre as estratégias das OCSs, mas cada uma segue uma trajetória própria.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentre os fatores que contribuem para o entendimento da expansão do número de agricultores familiares em transição agroecológica vinculados a OCSs está relacionado a atuação de diferentes parceiros institucionais que passaram a intermediar as relações entre agricultores familiares interessados na transição agroecológica e as exigências legais estabelecidas na legislação e controlada pelo MAPA. A análise de casos intermediados pelos principais parceiros institucionais indica um subcampo onde ainda não há uma forma predominante de atuação, típica de campos emergentes. O SENAR, líder em formalização de OCSs opera na lógica de cursos de capacitação, sendo que um curso de preparação para formação de OCSs foi formatado por representantes de técnicos do SENAR e representantes do MAPA e passou a ser oferecido em várias localidades do Estado. Esta parceria contribuiu para o crescimento rápido do número de OCSs no Estado. Uma das críticas recorrentes a este modelo seria a natureza da relação estabelecida entre a OCS e SENAR, uma relação temporária e que não tem natureza de assistência técnica e extensão rural. Os cursos oferecidos pelos profissionais do SENAR assumiram papel de destaque na inserção dos agricultores das OCSs às redes de agroecologia atuantes em âmbito locais, uma vez que catalisaram grupos que superaram limitações da parceria e ampliaram sua rede de relações com outras organizações, públicas e privadas, ampliando suas chances de consolidação. Já o IBS, apesar de seguir a metodologia de transição proposta pelo INCRA, opera na lógica das chamadas públicas de ATER, que apesar de ter uma duração média superior em comparação aos dos cursos oferecidos pelo SENAR, é por prazo determinado e nem sempre a renovação da chamada ocorre de forma a tornar esta parceria perene. Mas, as experiências desta parceria têm ampliado a rede de organizações parceiras que contribuem para a perenidade dos grupos, estabelecendo novas parcerias. Assim, dentre os três parceiros institucionais analisados, o ITESP é que se apresenta como parceiro com atuação perene, seja pela vocação e tradição de atuar com os agricultores familiares de assentamentos e quilombolas, em diferentes contextos, seja pelo caráter de organização pública cuja concepção de ATER fora concebida numa perspectiva de longo prazo, mas que agora atua também nos formatos mais recentes, sustentados pelo sistema de chamadas públicas de ATER.

Nos municípios considerados, um conjunto de agentes relacionados à agroecologia e à produção orgânica, como grupos de consumo consciente integrados a agricultores familiares, rede de agroecologia, relação entre agricultores e representantes de organizações

governamentais e não governamentais, contribuíram para a configuração de um ambiente favorável ao desenvolvimento da produção orgânica de base agroecológica, possibilitando a consolidação de grande parte dos agricultores das OCSs analisados. Considerando as diferentes fontes de capitais que os agentes acumulam em suas trajetórias, nestas experiências de consolidação dos agricultores das OCSs destaca-se a acumulação de capital cultural e capital social, por parte dos agricultores, notadamente pelo acúmulo de conhecimento adquirido durante os cursos e as práticas de agroecologia e pela ampliação das relações sociais, ou da rede de relações, incorporada no cotidiano.

Por fim, os dados indicam que a política de incentivo à transição agroecológica tem atingido resultados expressivos, contribuindo de forma ímpar para a difusão da agroecologia e o crescimento do número de produtores orgânicos de base agroecológica. Este trabalho pretende contribuir com subsídios para que a política para as OCSs possa ser pensada no sentido de incorporar e compartilhar as estratégias exitosas, criando mecanismos que preencham as lacunas, sobretudo em relação à perenidade das relações entre agentes locais e os agricultores das OCSs no sentido de potencializar a evolução dos processos de transição para uma forma consolidada. A escolha da certificação, por meio de um OPAC ou por uma empresa de auditoria, caberá aos agricultores.

REFERÊNCIAS

ATIERI, M. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. AS-PTA. Guaíba. Agropecuária, 2002.

_____. Agroecologia, agricultura campesina e soberania alimentar. Revista Nera, n. 16, pp.22-32, 2010

BAUER, Márcio André Leal; MESQUITA, Zilá. Organizações sociais e agroecologia: construção de identidades e transformações sociais. Rev. adm. empres., São Paulo, v. 48, n. 3, p. 23-34, set. 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75902008000300003&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 11 abr. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-75902008000300003>.

BOURDIEU, P. O Campo Econômico. Política & Sociedade, n. 6, 2005, pp. 15-57.

CAPORAL, F. R.; PETERSEN, P. Agroecologia e Políticas Públicas na América Latina: o caso do Brasil. Agroecologia 6, 63-74, 2012.

FLIGSTEIN, Neil. Habilidade social e a teoria dos campos. Rev. adm. empres., São Paulo , v. 47, n. 2, p. 61-80, jun. 2007 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75902007000200013&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 12 abr. 2019

FLIGSTEIN, Neil; MCADAM, Doug (2012). A theory of fields. New York: Oxford University Press, 2012.

IBS – Instituto BioSistêmico (2019). Disponível em <https://www.biosistemico.org.br/sobre/>. Acesso em 07 fev. 2019.

LAURINO, Marcelo Silvestre. Produção Orgânica no Brasil. Material de divulgação. SINTAGRO Jales, outubro 2016. Disponível em <http://www.fatecjales.edu.br/sintagro/images/material-palestras/producao-organica-brasil.pdf> Acesso realizado em 08 out. de 2018.

LIMA, Filipe Augusto Xavier; VARGAS, Letícia Paludo. Alternativas socioeconômicas para os agricultores familiares: o papel de uma associação agroecológica. Revista Ceres, Viçosa, v.62, n.2, p. 159-166., mar-abr, 2015.

PACIFICO, Daniela A.; SOGLIO, Fabio Kessler Dal. Transicao para agricultura de base ecológica: um processo social. Rev. Bras. de Agroecologia. 5(2):50-64 (2010).

SANTOS, Christiane Fernandes dos; SIQUEIRA, Elisabete Stradiotto; ARAÚJO, Iriane Teresa de; MAIA, Zildenice Matias Guedes. A agroecologia como perspectiva de sustentabilidade na agricultura familiar. Ambiente & Sociedade, São Paulo v. XVII, n. 2 p. 33-52 abr.-jun. 2014.

SANTOS, Luiz Carlos Rebelatto dos. Regulamentação da Agricultura Orgânica no Brasil: Caminhos, “descaminhos” e sua contribuição na construção do sistema de comércio ético e solidário. Florianópolis, 2005.

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (2019). <https://www.cnabrazil.org.br/senar/atuacao>. Acesso em 05 fev. 2019.

YIN, R.K. Estudo de caso: planejamento e método. Tradução de Daniel Grassi. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.